

3º Trimestre de 2014

1. Crescimento Económico desacelera, mas actividade nos sectores não petrolíferos mantém ritmo elevado

Foi divulgado, no início do mês de Setembro, o relatório do FMI referente à consulta realizada ao abrigo do artigo 4º dos estatutos do Fundo, no qual se inclui um conjunto de informações e de análises que se revestem do maior interesse para entender a presente conjuntura económica de Angola bem como as perspectivas da sua evolução no curto e no médio prazo.

Este relatório contém ainda diversas sugestões e recomendações quanto às opções de política económica, tendo em conta a situação presente e os diferentes cenários de evolução do quadro macroeconómico.

No mesmo relatório é divulgada uma projecção actualizada do desempenho da economia em 2014, a qual aponta para uma variação do PIB de +3,9%, mostrando uma clara desaceleração relativamente aos +5,9% estimados para 2013, como resultado de um declínio temporário na produção de petróleo.

A queda da produção de petróleo prevista para 2014 é de cerca de 3,5%, com um registo mais negativo no 1º semestre (-10%), seguido de alguma recuperação ao longo do 2º semestre.

Em contraponto a este desempenho menos favorável na produção de petróleo, a actividade nos sectores não petrolíferos deverá continuar bastante dinâmica, com uma variação anual de +7,3% segundo a previsão do FMI, em resultado sobretudo da expansão do sector agrícola e também, embora em menor ritmo, dos sectores da indústria transformadora e dos serviços.

A verificar-se este cenário, o objectivo estratégico de diversificação da economia, com a redução do peso relativo do sector petrolífero, especialmente em termos de contribuição para o PIB e para as receitas fiscais, continuará a ser prosseguido, sendo de esperar que dessa diversificação resultem, para além de efeitos favoráveis no plano da estabilização da economia, uma crescente substituição de importações por produtos de origem nacional.

Banco BAI Europa, S.A.

Avenida António Augusto de Aguiar, 130, 6º. 7º. 8º,

Lisboa, 1050-020, Portugal, Tel: +(351) 21 351 3750 . Fax: +(351) 21 351 3758

CRC Lisboa, NIPC: 505 274 922, Capital Social: € 40.000.000

2. Ambiente de estabilidade mantém-se e deve ser preservado

No documento em apreço é salientada a manutenção de um ambiente de estabilidade macroeconómica satisfatório, especialmente no que se refere ao controlo da inflação, existindo a noção de que o objectivo da variação média dos preços no intervalo entre 7 e 9% admitido pelo BNA para 2014 se afigura perfeitamente atingível. Também é mencionada a evolução das reservas em divisas internacionais, as quais, apesar de algum declínio em relação ao valor registado no final de 2013, nomeadamente como consequência das transferências para o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) (mais USD 1,5 mil milhões em 2014) e da necessidade de aumentar as vendas aos bancos nos últimos meses, continuam a exibir um nível tido por adequado face aos compromissos externos do País.

No tocante à inflação, a informação mais recente dá conta de uma inflação média dos últimos 12 meses terminados em Agosto de 7,05%, mostrando uma ligeira aceleração após o mínimo histórico atingido nos 12 meses terminados em Junho (que foi de 6,89%), embora claramente dentro do objectivo assumido para o ano, atrás referido.

Relativamente à posição das reservas em divisas internacionais (líquida), o valor mais recente divulgado é o do final de Julho, com USD 28.665 milhões, revelando uma diminuição de USD 2.280 milhões em relação ao final de 2013, diminuição essa que, como já foi referido, encontra explicação na transferência para o FDSEA e no aumento das vendas aos bancos.

As vendas de divisas aos bancos mantiveram em Agosto o ritmo elevado dos dois meses anteriores, com um total de USD 2.167,8 milhões, mais 71,3% que em Agosto de 2013, contribuindo para que as vendas no triénio Junho-Agosto tenham superado em 41% as vendas no mesmo período de 2013.

Em termos anuais as vendas de divisas acumuladas até Agosto apresentam uma evolução bastante mais moderada, com um aumento de 4,3% em relação aos primeiros 8 meses de 2013 (USD 13.399 milhões em 2014 contra USD 12.850 milhões em 2013).

3. Política orçamental: reavaliação parece necessária, redução dos subsídios ao consumo de combustíveis é importante sinal

A par da avaliação positiva do ambiente de estabilidade macroeconómica, o FMI chama a atenção para a acentuada deterioração do saldo orçamental em 2014, como consequência da redução verificada nas receitas fiscais proporcionadas pela actividade petrolífera (gerando uma insuficiência, em relação à receita orçamentada, que poderá ascender, em termos anuais, a um montante equivalente a 2,75% do PIB), e também do aumento das despesas correntes e de investimento, podendo a combinação desses efeitos vir a gerar um défice de cerca de 4% do PIB no final do ano.

Informações entretanto divulgadas em Angola, posteriormente à conclusão da missão do FMI de que resultou este relatório, dão conta de um défice orçamental acumulado no final do 1º semestre de AKZ 615 mil milhões, atingindo quase o défice previsto para o conjunto do ano, que é de AKZ 630 mil milhões.

A confirmarem-se estas informações, e mesmo admitindo que no 2º semestre venha a registar-se uma melhoria, tanto pela recuperação da receita fiscal como em função de um mais efectivo controlo da despesa, não constituiria surpresa um défice no final do ano acima dos 4% previstos pelo FMI.

Este eventual cenário orçamental reforçará, naturalmente, as preocupações expressas pelo FMI quanto à necessidade de medidas dirigidas à contenção do défice em ordem a preservar o ambiente de estabilidade macroeconómica que é pressuposto de um crescimento da actividade sem sobressaltos.

É neste contexto que foi implementada, já na parte final do 3º trimestre (27 de Setembro), uma medida que deverá ter um impacto significativo na contenção da despesa corrente, consistindo na redução dos subsídios ao consumo de combustíveis, da qual resultaram aumentos dos preços de venda da gasolina e do gasóleo, da ordem de 25%, e do petróleo iluminante, de 35%.

Trata-se de uma decisão que, até pelo seu impacto político e social, revela uma determinação clara das autoridades no sentido de corrigir a trajectória de expansão da despesa pública, neste caso da despesa corrente, seguindo as recomendações do FMI. Restará saber que impacto orçamental poderão vir a ter algumas medidas compensatórias desta decisão, para proteger os consumidores de menores recursos dos efeitos destes aumentos.

Note-se que a redução dos subsídios ao consumo de combustíveis constituía uma das mais insistentes recomendações do FMI, que o relatório em apreço reiterava, com o argumento de que se trata de um subsídio altamente regressivo, do ponto de vista social, beneficiando mais os que mais consomem por terem maior poder de compra. O FMI advoga a redução drástica deste subsídio, propondo que essa redução fosse acompanhada por medidas de apoio aos consumidores de menores rendimentos, mais vulneráveis ao aumento dos preços.

O FMI advoga ainda a necessidade de um regresso tão rápido quanto possível a uma situação de excedentes orçamentais, contrariando a tendência de aumento da dívida pública que presentemente se observa. A obtenção de saldos orçamentais positivos e o consequente reforço dos activos do FSDEA (sem recurso à acumulação de dívida), deverão permitir preservar uma parte da riqueza gerada pela actividade petrolífera para benefício das futuras gerações.

A decisão de reduzir os subsídios aos preços dos combustíveis vai ainda de encontro a uma recomendação específica do FMI, que propunha um esforço de contenção da despesa orçamental, ainda no 2º semestre de 2014, focada na redução das despesas com pessoal e com aquisição de bens e de serviços, procurando obter uma poupança equivalente a 1% do PIB.

4. A questão orçamental e a política cambial

Para além das recomendações específicas em sede de política orçamental, o FMI considera que, caso a recuperação da produção de petróleo ao longo do 2º semestre do ano venha a ficar aquém do esperado, será importante admitir alguma flexibilidade na gestão da taxa de câmbio (USD/AKZ, sobretudo), por forma a proteger a posição das reservas em divisas internacionais do BNA. Essa flexibilidade, na análise do FMI, não deverá colocar em causa o cumprimento do objectivo da inflação para 2014, atenta a elevada folga que existe no intervalo de variação tomado como objectivo.

Refira-se que a evolução dos preços internacionais do petróleo, nos últimos meses, com uma queda do Brent de cerca de 20% desde Junho, constitui um factor de reforço desta recomendação, tendo em conta o seu presumível impacto desfavorável tanto ao nível das reservas em divisas como das receitas fiscais.

Para além das considerações de natureza macro económica que podem justificar uma maior flexibilidade na gestão da taxa de câmbio, o FMI destaca ainda algumas razões de natureza micro económica, associadas ao comportamento dos agentes económicos. Com efeito, uma maior flexibilidade na gestão da taxa de câmbio, com variações em ambos os sentidos, deverá induzir um comportamento mais atento e responsável dos agentes face a este risco, levando-os a procurar limitar a respectiva exposição, ao mesmo tempo que tornará a economia mais resistente a futuros episódios de alterações cambiais.

5. Progressos ao nível dos mecanismos de controlo da despesa pública

Neste relatório é conferido justificado destaque aos progressos registados na implementação de mecanismos de controlo da despesa orçamental e da gestão dos atrasos de pagamento do sector público.

Começando pela questão dos atrasos de pagamento, um problema gerado pelo choque de 2008/2009 e ainda não completamente encerrado, é referido que em 2013 se registou uma acumulação de atrasados num montante equivalente a USD 700 milhões (informação oficial), ao mesmo tempo que com a aprovação do Orçamento para 2014 passou a ser adoptada uma nova definição de atrasos de pagamento consistente com as melhores práticas internacionais.

No que se refere aos mecanismos de controlo da despesa, é destacada a implementação de duas novas medidas, a primeira consistindo na exigência de confirmação pelo Ministério das Finanças de todos os contratos de fornecimento (ainda que já firmados pelos serviços) de montante superior a USD 1,5 milhões, e a segunda, aplicável aos projectos ainda em fase de aprovação, exigindo a apresentação, pela entidade pública adjudicante, de uma nota de compromisso, demonstrando que o projecto tem cabimento orçamental, e incluindo um plano de pagamentos trimestrais para o período do contrato compatível com o orçamento anual.

Estes novos mecanismos de controlo encontram-se já em aplicação, segundo o FMI, nos Ministérios da Construção e Obras Públicas e da Energia e Águas, estando prevista a sua progressiva extensão aos demais Departamentos do estado até ao final de 2015.

A implementação deste tipo de controlos justifica-se não apenas pela necessidade de uma mais eficaz gestão orçamental mas também pelo facto de as despesas de investimento público em Angola revelarem ainda uma eficácia económica e social muito reduzida. Na verdade, segundo uma caixa inserta no relatório em referência ("Efficiency of Public Investment in Angola"), a eficiência do investimento público em Angola, avaliada segundo uma metodologia *standard*, utilizada pelo FMI para um conjunto de 104 países, incluindo um significativo número de países da África ao sul do Sahara, é muito baixa, ficando mesmo no último lugar da amostra de países seleccionados.

Esta conclusão sugere a necessidade de ser observada uma grande cautela na expansão deste tipo de investimento que, como se sabe, está (ou estava) previsto crescer a forte ritmo em 2014 e anos subsequentes, sugerindo ainda o FMI o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão dos investimentos públicos (necessariamente incluindo uma vertente de controlo da sua eficiência).

6. Observações finais

A economia de Angola encontra-se numa fase que poderá ser de especial exigência para a política económica, face à experiência do passado e aos factores, nomeadamente externos, que condicionam o seu desempenho no curto e no médio prazo.

Num cenário internacional em que se destaca a crescente autonomia dos EUA em matéria de satisfação das necessidades de consumo de energia, de abrandamento da actividade económica na China e de quase estagnação da economia europeia, e na ausência de factores que possam modificar significativamente esse cenário, as perspectivas para as economias que apresentam elevada dependência da actividade petrolífera não podem ser muito optimistas, pelo menos no curto prazo.

Parece assim particularmente oportuno que os decisores de política económica de Angola prestem atenção às recomendações do FMI, em especial no que respeita à necessidade de introduzir uma forte moderação no ritmo de realização de despesa pública, tanto corrente como de investimento.

A decisão muito recente de reduzir os subsídios ao consumo de combustíveis evidencia uma forte vontade das autoridades em corrigir a trajectória de expansão da despesa corrente, esperando-se que essa medida seja, por si só, suficiente para em 2014 assegurar uma poupança próxima de 1% do PIB, seguindo assim a recomendação do FMI.

Igualmente oportunas se afiguram as recomendações quanto à introdução de um maior grau de flexibilidade na gestão da taxa de câmbio, procurando salvaguardar o nível das reservas internacionais em divisas e proteger a solvabilidade externa do País, introduzindo ao mesmo tempo um factor de racionalidade no comportamento dos agentes económicos, induzindo-os a prestar atenção a posições cambiais que pretendam assumir.

Para 2015 fica um desafio maior, de conseguir inverter a posição do saldo orçamental, regressando à posição de superavit exibida nos últimos anos, inversão que poderá ser particularmente importante caso o enquadramento externo não apresente, até final do corrente ano, melhorias sensíveis.

Disclaimer

Principais fontes de informação: BNA e FMI.

As observações que se encontram expressas neste documento acerca do significado da informação objectiva nele apresentada não constituem opinião do Banco BAI Europa, reflectindo exclusivamente a opinião das pessoas responsáveis pela elaboração do texto.